



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0010145-81.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 1441/2014 - 4º Distrito Policial de São Carlos, 1307/2014 - 4º Distrito Policial de São Carlos, 243/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Bruno da Silva Pedro**

Réu Preso

Aos 04 de dezembro de 2014, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Fábio José Moreira dos Santos, Promotor de Justiça, bem como do réu **BRUNO DA SILVA PEDRO**, devidamente escoltado, acompanhado do defensor, Dr. Joemar Rodrigo Freitas, Defensor Público. Iniciados os trabalhos, foram a testemunha de acusação Marcos Paulo Cardoso Natal, a testemunha de defesa Natanael dos Santos Aureliano de Souza, sendo o réu interrogado ao final, tudo em termos apartados. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. A materialidade do fato esta estampada no auto de exibição e apreensão e fls. 24/25, de avaliação de fl. 43 e no laudo pericial de fls. 83/86. A autoria foi demonstrada pelos depoimentos dos dois policiais militares que atenderam a ocorrência, já que ambos disseram que o réu foi autuado em flagrante delito na posse dos objetos furtados, o que constitui presunção idônea de autoria. Ademais, disseram que o réu confessou-lhes informalmente ter participado do furto. Até mesmo o comparsa inimputável do réu disse que ele participou do fato quando ouvido informalmente na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, muito embora ele tenha tentado, sem qualquer poder de convencimento, beneficiar o réu, pessoa de seu convívio, no cenário da prova. Ou seja, não há margem para controverter o mérito da demanda. As qualificadoras também foram demonstradas pela prova da materialidade delitiva e também pela declarações do inimputável na data de hoje. Na primeira fase da dosagem, a pena pode ficar no mínimo legal, incidindo na segunda a agravante da reincidência (fls. 67). Por força também da reincidência, o regime prisional deve ser fixado na modalidade inicialmente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

fechada. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Deve ser julgado improcedente senão vejamos. Não há provas nos autos que demonstram que o réu praticou a conduta de subtrair descrita na denúncia. O acusado nega a pratica do crime. Esta versão é a mesma que a apresentada no inquérito policial. Ademais, o adolescente diz que praticou o furto sozinho, corroborando assim coma versão do acusado. Ao contrario do que pretende a acusação, não deve ser admitida a confissão informal como prova idônea que culmine na condenação do réu. Outrossim, o fato do acusado estar na posse de objetos provenientes de crime não tem o condão de comprovar a pratica do verbo nuclear do art. 155 do CP. A autoria deve ser comprovada e não presumida. Se o réu estava na posse de objetos furtados caracteriza-se o crime do art. 180 do CP e não o art. 155 do CP. Caso considere como verdadeiro o depoimento prestado pelo adolescente em fls. 98, deve ser considerado a participação de menor importância do réu no delito uma vez que segundo a versão prestada no Juizado da Infância a conduta do réu limitou-se a ficar “lá na frente”. Assim, deve a pena do réu ser diminuída em 1/3, nos termos do art. 29, paragrafo 1º. De qualquer sorte, o acusado deve ser absolvido pelo crime previsto no art. 244-B do ECA. O adolescente já havia praticado crimes anteriormente, sendo assim não foi efetivamente corrompido. Outrossim, não foi comprovado por elemento subjetivo do tipo, qual seja intenção de corromper o adolescente. Caso entenda-se que se trata de delito formal nos termos da Sumula 500 do STJ, de rigor, também sua absolvição conforme as razões expostas nas fls. 73/75, as quais reitero. Há que ser considerado a atenuante da minoridade, compensando-se assim coma agravante da reincidência. Há também que ser considerado como atenuante inominada a condição social do réu que vivia na pobreza. Quanto ao regime inicial a ser aplicado, requer-se a fixação do semiaberto, seja nos termos da Sumula 269 do STJ, seja nos termos do art. 387, paragrafo 2º do CPP, uma vez que o réu encontra-se preso desde 01/10/2014. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. BRUNO DA SILVA PEDRO**, RG 42.396.394, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §4º, incisos I, II, IV, do Código Penal e no artigo 244-B do ECA, porque no dia 01 de outubro de 2014, por volta das 14h45, na residência localizada na Rua Savério Talarico, nº 101, Vila Monteiro, nesta cidade e comarca de São Carlos, em concurso e com identidade de propósitos com o adolescente Natanael dos Santos Aureliano de Souza, com 16 ano de idade, subtraiu para proveito comum, mediante rompimento de obstáculo e escalada, uma mochila, um notebook da marca Acer, uma filmadora da marca JVC, duas latas de cerveja AC/DC, um aparelho de telefone celular da marca Samsung e diversas bijuterias (19 pulseiras, 01 cordão e 03 correntes), que foram avaliados em R\$ 940,00, que pertenciam a Roberto Lui. Consta ainda dos inclusos autos de inquérito policial que, nas mesmas circunstâncias acima, Bruno da Silva Pedro,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

facilitou a corrupção do adolescente Natanael dos Santos Aureliano de Souza, com 16 anos de idade, com ele praticando infração penal. O denunciado e o adolescente se encontraram e decidiram realizar a subtração de coisas móveis na residência da vítima, para tanto, se dirigiram ao local, onde escalaram e pularam o muro que cerca o imóvel. Logo após romperam a janela de um dos quartos da residência, que possuía inclusive grade, e assim tiveram acesso ao interior do domicílio da vítima. No interior do imóvel, apanharam a mochila, o notebook, a filmadora, as duas latas de cerveja, o aparelho de telefone celular e diversas bijuterias e evadiram-se do local. Ocorre que, pouco tempo depois de terem deixado o imóvel o denunciado e o adolescente foram flagrados pela Polícia Militar na posse da *res* e lhes confessaram a prática do delito. Os objetos foram apreendidos e restituídos a vítima, que os reconheceu e os recebeu. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 19 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 56), o réu foi citado (fls. 69/70) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 72/76). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação uma de defesa e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição negando a autoria e pleiteando subsidiariamente a desclassificação para o crime de receptação dolosa, a menor participação no furto e absolvição no crime de corrupção de menor, porque o adolescente já tinha passagens. **É o relatório. DECIDO.** Policiais militares surpreenderam o réu junto com o adolescente Natanael dos Santos Aureliano de Souza. O réu portava uma mochila e empreendeu fuga. Foi seguido e no momento da sua detenção jogou a mochila no quintal e de pronto admitiu para o policial que fez a sua detenção, Marcos Paulo Cardoso Natal, que tinha cometido furto e indicou a residência de onde retirou aquele objetos. Ao ser interrogado na polícia e em Juízo negou participação no furto, admitindo apenas que se encontrou com o adolescente Natanael no instante em que os policiais se aproximaram quando o menor lhe entregou aquela mochila. Esta versão do réu não merece credibilidade. Apesar de o adolescente ter assumido no inquérito e em juízo que teria cometido o furto sozinho, a verdade quando mesmo foi ouvido pelo Ministério Público no procedimento que respondeu perante a vara da Infância e Juventude, confessou que a subtração foi cometida por ele e em parceria com réu (fls 98), recebendo aplicação de medida socioeducativa (fls. 100). Assim, cai por terra o alibi do réu de que não teria participado do furto e que somente se encontrou com o menor posteriormente. Na verdade era ele que estava na posse dos bens furtados e neste caso inverte-se o ônus da prova. E nenhuma prova isenta de parcialidade o réu produziu, não merecendo ser acolhida a mentirosa versão do adolescente relatou no processo e com o objetivo específico de livrar o réu da acusação. Tenho pois como



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

demonstrada a participação do réu no furto impondo-se a sua condenação. Não é possível acolher o pedido da defesa de menor participação dele no crime, até porque a forma de como o crime foi cometido, mediante escalada e arrombamento de janela, deixa transparecer que houve participação conjunta para o sucesso da empreitada. Estão presentes as qualificadoras do concurso de agente bem como do rompimento de obstáculo, esta demonstrada no laudo pericial de fls 84/86. Afasto o da escalada posto que não demonstrada pericialmente, não servindo para tanto as informações de que a entrada no imóvel se deu por escalada de muro. No que respeita ao delito de corrupção de menor, também ficou comprovado nos autos que o réu agiu em parceria com um adolescente. Esta conduta hoje é suficiente para a caracterização do delito, pouco importando se o menor já era corrompido ou se não se corrompeu, pois se trata de delito de natureza formal, como está assentado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que editou súmula a respeito, de nº 500, a saber: “A configuração do crime previsto no artigo 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, independe da prova da efetiva corrupção de menor, por se tratar de delito formal”. E nos autos não existe prova de ter o adolescente respondido por outro procedimento por ato infracional e que não seja o do furto que trata estes autos. A certidão de fls. 103 do cartório da Infância informa que o adolescente não tem contra si outros procedimentos. Por outro lado a atitude assumida no processo pelo menor, querendo inocentar o réu, configura demonstração de que ele foi corrompido. Pelo exposto e por tudo mais que nos autos consta **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu, afastando apenas a qualificadora da escalada. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que o réu não tem boa conduta social, pois não trabalha e é usuário de drogas, possuindo personalidade comprometida, porque cometeu crime de roubo e voltou a delinquir quando estava no regime aberto, para o crime de furto estabeleço a pena base um pouco acima do mínimo, ou seja, 2 anos e 6 meses de reclusão e 11 dias multa, no valor mínimo, aqui verificando a situação econômica do réu. Deixo de impor modificação em razão da agravante da reincidência (fls. 67) porque em favor do réu existe a atenuante de possuir menos de 21 anos, devendo uma situação compensar a outra. Para o crime de corrupção de menor estabeleço apenas mínima de 1 ano de reclusão, que torno definitiva. A reincidência impossibilita a substituição por pena alternativa. CONDENO, pois, **BRUNO DA SILVA PEDRO** à pena de **dois (2) anos e seis (6) meses de reclusão e onze (11) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 155, § 4º, inciso I e IV, do Código Penal**. Fica também **condenado à pena de um (1) anos de reclusão por ter transgredido o art. 244-B da lei 8.069/90**. Por ser reincidente iniciará o cumprimento das penas no **regime fechado**, também necessário para norteá-lo a uma mudança e comportamento não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. Nada Mais. Eu, Erica Akemi Tanaka, Escrevente Técnico Judiciário , digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Réu: